PATRIMÔNIO CULTURAL E RESISTÊNCIA: ARTESANATO EM LÃ CRUA E EMPODERAMENTO DA MULHER RURAL

Letícia de Cássia Costa de Oliveira[1]

RESUMO

A ideia do artesanato em lã crua como patrimônio cultural para fins do empoderamento da mulher do campo converge para um entendimento sobre a origem e formação da mulher gaúcha, bem como para a interpretação desse saber-fazer como seu labor contínuo, sendo histórias que se repetem nas vidas invisíveis dessas mulheres. Para melhor compreensão e entendimento da formação da mulher gaúcha, é fundamental a vinculação da ideia de empoderamento e autonomia ao originário labor feminino tradicionalmente arraigado no cotidiano dessas mulheres rurais. Também é apresentada uma análise das relações de classe e gênero que persistem na situação de marginalização, mas que ancoram a transformação de suas vidas a partir do reconhecimento de suas identidades e do seu território. E, por fim, considera-se o Território da Lã no Rio Grande do Sul como esse espaço simbólico, interlocutor do saber-fazer da lã e das artesãs, que pode legitimar as conquistas do artesanato em lã como uma referência cultural do Rio Grande do Sul.

*

A gênese da mulher gaúcha

A historiografia da formação do Rio Grande do Sul não privilegia o modo de vida, costumes ou feitos das mulheres rio-grandenses. É notório observar nos documentos oficiais, registros e publicações a condição secundária relegada à mulher perante o varão da terra. Trata-se de uma visão calcada nas ideias do projeto positivista da época e nos escritos

1 Mestra em Museologia e Patrimônio pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio - GEMMUS (UFRGS) CNPq: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1794. E-mail: leledecassia@gmail.com.

dos viajantes que, desde o período colonial, direcionou os historiadores tradicionais a representar de forma marginalizada o homem e a mulher gaúchos, que viviam na conturbada fronteira brasileira (GUTFREIND, 2006). Os poucos registros feitos por viajantes do início do século XIX apresentam mulheres gaúchas como coadjuvantes na sociedade da época, destacadas, principalmente, pela representação sexual.

As indígenas eram retratadas como fêmeas, mercadorias da Coroa Portuguesa. O historiador Protasio Paulo Langer (2006) apresenta a concepção do escrivão da Junta da Real Fazenda, Sebastião Francisco Bettamio, responsável por relatar a vida socioeconômica da região à Coroa, em meados de 1858, que expôs sua percepção sobre o povo guarani-missioneiro, propondo projetos de cunho civilizatório para a província.

O autor aponta que Bettamio considerava os indígenas como seres naturalmente inferiores ao restante dos homens. Ele foi contra a escola para as meninas indígenas, considerando que esse seria um projeto contraditório à colonização, já que, em sua concepção, as vagas a elas destinadas representariam redução de oportunidades aos brancos do território. Sendo assim, propôs "[...] alugar as fêmeas para servirem aos moradores do Continente, e não constituí-las, ou infundir-lhes tal nobreza, que as faz incorrigíveis, viciosas, e inimigas de trabalhar" (LANGER, 2006, p. 144). Bettamio acreditava que o aluguel das fêmeas e a escravidão dos índios machos seria a contribuição direta dos índios ao projeto liberal e modernizador do continente cisplatino, desonerando os cofres da Coroa.

Do ponto de vista antropológico, Darcy Ribeiro (1995, p.412) destaca que, do ventre da mulher Guarani nasceu o gaúcho do sul do Brasil, Uruguai e Argentina, e que "[...] essa matriz guarani é que forjaria a proto-etnia gaúcha, que, multiplicando-se vegetativamente e 'guaranizando' outros contigentes, povoou a campanha e veio a ser, depois, a matriz étnica básica das populações sulinas". A tradição dos povos originários compreendia a prática da poligamia, a vida nômade e o costume da mulher acompanhar os companheiros nas andanças (GUTFREIND, 2006).

Portanto, os costumes indígenas e a vida árdua nas fronteiras brasileiras eram interpretadas pelos viajantes da época como estado de selvageria. Para Saint-Hilaire (2002), as mulheres não tinham pudor e serviam para os anseios dos homens brancos. O naturalista exemplificava tal atitude das indígenas guaranis do período colonial por meio da subserviência de seu comportamento.

A herança jesuítica aos indígenas guarani compreende, principalmente, o cultivo da terra com mandioca, feijão, milho, trigo e algodão. As mulheres indígenas fiavam e teciam algodão e lã. Confeccionavam vestimentas de algodão e ponchos tipo bichará[2]. De acordo com relatos de padres pré-missioneiros, os guarani cobriam o corpo com tecido feito de urtiga, tipo pala (DAMASCENO, 1957) e as mulheres indígenas de outras etnias como a guaianá, usavam túnica cobrindo o corpo inteiro. Segundo o engenheiro cartógrafo Saldanha, citado por Damasceno (1957) os índios minuano se cobriam com panos de algodão, no formato de saias da cintura até os joelhos, o que revela um conhecimento indígena da tecelagem do período pré-missioneiro.

Portanto, essas mulheres cujas existências passaram despercebidas pela História, são o registro de suas existências muito tênue e frágil, e quase não se encontram referências à participação da indígena e da negra escrava na constituição da cultura e das tradições gaúchas. Em sentido oposto, à mulher branca da região da Campanha foi atribuído papel mais significativo na história gaúcha, mesmo que muitas vezes sua origem remetesse ao seu rapto ou ao amancebamento com soldados das tropas fronteiriças.

Essas mulheres, em sua maioria as mais pobres, foram responsáveis economicamente pela região, por meio do trabalho doméstico, como cozinheiras, lavadeiras, ou na produção agrícola, pecuária e têxtil, realizada no âmbito familiar. Mas também as mulheres das camadas mais elevadas exerciam atividades de trabalho devido às frequentes ausências dos homens da família, o que as obrigava à criação dos filhos e à preservação do patrimônio (GUTFREIND, 2006). A manutenção da família vinha muitas vezes do cultivo do algodão e linho ou da criação de ovelhas para a produção da lã.

Os trabalhos manuais eram considerados "prendas domésticas" e faziam parte da educação de todas as mulheres. Fiar, tecer, crochetar e tricotar era rotina em suas vidas. Essas atividades realizadas pelas mulheres açorianas que chegaram ao Rio Grande do Sul a partir do século XVIII resultaram, como legado, na produção de artefatos em lã, linho e algodão. No processo de formação da mulher gaúcha, o artesanato sempre esteve ligado ao cotidiano na região rural no Estado, tanto no Pampa como

2 Poncho confeccionado originalmente pelos indígenas guarani-missioneiros. É feito com lã natural crioula rala, com aparência de um cobertor com franjas e abertura central para a cabeça. Posteriormente confeccionado somente pelas mulheres e usado unicamente por homens indígenas e negros das Estâncias.

nas regiões serranas, com a presença de imigrantes, que praticamente tiveram que sobreviver com as próprias mãos. Assim, os costumes da lida rural tomaram o tempo desses colonos, que tiveram que se dedicar tanto à produção de alimentos quanto à fabricação de ferramentas e utilitários e, das sobras dessa produção caseira, nasceu a comercialização dos produtos artesanais.

As mulheres sempre produziram seu fio de lã crua. Utilizam como instrumentos o fuso de madeira ou roca manual ou elétrica para sua confecção. A produção do fio é a base para uma infinidade de artefatos, elaborados a partir do uso de agulhas, tear e técnicas de feltragem. As artesãs também trabalham na coloração natural do fio da lã, utilizando plantas, cascas ou frutas, obtendo uma diversificada cartela de cores naturais.

As mulheres realizam a confecção dos bacheiros ou xergões[3], e também produzem ponchos e cobertores para a proteção do frio da região. Segundo relatos das artesãs, é muito difícil trabalhar com a lã, sendo necessário cardar e pentear, fiar em roca para produzir o fio e tecer em tear de *pente liço*,[4] vertical ou com pedal. Como esse processo demanda muito tempo, poucos resistem em realizar todo o ciclo, mas, mesmo assim, ainda existem artesãos que conservam a tecelagem rudimentar no tear de taquara ou prego para a confecção de peças.

O crochê e o tricô também são técnicas muito utilizadas para trabalhar fios de lã ou algodão no artesanato. Necessariamente, não demanda muitos equipamentos para produção e é possível trabalhar em praticamente qualquer local com o uso de agulhas e novelos de fios. É costumeiro encontrarmos em feiras de artesanato uma grande quantidade de artesãs que fazem este trabalho manual e que aprenderam com suas mães e avós.

Outra técnica muito trabalhada com a lã de ovelha é a feltragem. O feltro[5] é considerado o tecido não tecido mais antigo do mundo, certamente anterior à tecelagem. A técnica foi difundida pelos povos nômades da Ásia Central com a domesticação dos carneiros, posteriormente praticada pelos povos eslavos, germânicos e romanos (PEZZOLO, 2013).

3 Tapete tecido com lã natural para chão ou montaria.

4 Peça parte do tear parecida com um pente, mas que serve para suspender o fio da urdidura para começar a tramar.

5 Resulta do empastamento de fibras de lã ou similares, por meio da ação combinada de agentes mecânicos e produtos químicos, sem que haja trama de fios. Por não desfiar, pode ser cortado em qualquer direção (PEZZOLO, 2013, p. 305).

O Rio Grande do Sul tem uma grande diversidade de artesanato devido à mescla de grupos étnicos que viveram e vivem na região. A relação desses povos imigrantes com os povos tradicionais habitantes da terra proporcionou uma rica cultura que hoje compreende a cultura rio-grandense. A possibilidade de cultivar a terra e explorar a matéria-prima local extraída da natureza deu mais força ao trabalho artesanal que, primeiramente, era destinado às utilidades domésticas e, posteriormente, estendeu-se para o comércio e a sobrevivência desses grupos. Do passado para o presente foram grandes transformações, indo do rudimentar ao contemporâneo, e o que devemos buscar para o futuro é, talvez, o reconhecimento desse trabalho artesanal como base da cultura gaúcha.

Entre saberes e fazeres da mulher rural gaúcha

Desde sempre as atividades ligadas aos trabalhos manuais, reunidas e praticadas na intimidade do lar, são consideradas "naturalmente" atividades do universo feminino. Dentro desse conjunto, que engloba o cuidado com o marido, com os filhos, com a casa, estão os afazeres domésticos e a produção de artefatos para uso familiar. O artesanato encontra-se como um espectro nesse contexto que resulta na formação da mulher gaúcha e do seu próprio trabalho.

Sendo assim, as mulheres sempre trabalharam, mas, historicamente, seu trabalho foi pouco registrado na base da história da Humanidade. Existe uma invisibilidade enraizada socialmente no que diz respeito ao trabalho feminino praticado no ambiente privado e familiar. Entre as mulheres do meio rural constata-se uma invisibilidade ainda maior em que, apesar de terem sempre trabalhado muito, nunca foram reconhecidas. A literatura não as coloca em posições de sujeitos históricos e tampouco aparecem.

Conforme Conte (2008), "Os livros que tratam dos trabalhadores do campo, literatura bastante recente, não trazem as mulheres como sujeitos históricos. Aliás, elas pouco aparecem". E, assim, "o que não é visto, não é lembrado", como informa o ditado popular.

Portanto, é possível associar o paradoxo moderno que busca na separação das classes sociais e no embate entre gêneros o poder de subjugação. Essa ruptura histórica converte-se na manipulação, por exemplo, de repertórios do contexto da cultura popular. Conforme Arantes

(2006), o paradoxo moderno configura-se na manipulação desses repertórios manifestados na cultura popular.

O popular é excluído da sociedade no sentido de não ser reconhecido e de não ter patrimônio, por ser associado à pré-modernização e secundário (CANCLINI, 2005). Segundo o autor, o processo de constituição da modernidade são cadeias de oposição: moderno versus tradicional, culto versus popular e hegemônico versus subalterno. Nesse contexto de constantes conflitos, as invisibilidades instauram-se através das lutas de classes, gêneros e etnias. Mas é no campo da cultura popular que se localiza o artesanato como práticas culturais realizadas em sua grande maioria por mulheres.

Ainda hoje, essas práticas são consideradas curiosidades populares do passado, sendo comum pensar em certa homogeneidade do conjunto das mesmas, o que resulta em outro paradoxo moderno, que sugere serem os trabalhos manuais realizados por mulheres e os intelectuais realizados por homens, de forma isolada e distante entre cada gênero.

Mas foi exatamente a tradição com agulhas e fios uma das condições que permitiu que as mulheres ingressassem na indústria, recebendo menos do que os homens e praticando atividades devido a sua "natureza feminina": habilidade manual, paciência e delicadeza, resultados de uma vida na sociedade moderna associada ao fato de ser mãe, dona do lar, fazer artesanato, entre outras coisas (KERGOAT, 1982).

Essas relações baseadas na divisão sexual do trabalho e que constroem a estruturação do poder masculino, conforme Conte (2008), vão além da relação homem-mulher. Considera-se que, de certa forma, trata-se de um conceito que se naturaliza nas mulheres e na sociedade, criando uma espécie de vitimização e menosprezo do feminino, o que passa despercebido entre a maioria delas. É o caso da mulher do campo, em que a inferiorização é dupla, por ser mulher e ser do campo.

Ainda há poucas investigações no cenário nacional que colaborem na formação de uma perspectiva mais inclusiva das mulheres na sociedade. De acordo com Marques e Silva (2018) foi realizada, desde 2006 a 2016, na BVS-Psi – Biblioteca Virtual da Saúde e Psicologia Brasil[6], uma inexpressiva publicação de estudos científicos utilizando os termos "mulheres rurais" e "trabalhadoras rurais".

6 MARQUES, Gabriel; SILVA, Denise. Invisibilidade das mulheres trabalhadoras rurais: as produções científicas da psicologia no Brasil. Psicol. estud., v. 23, p. 1-16, e41050, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/download/41050/pdf>. Acessado em: 16 de Jun. 2019.

Os estudos localizam-se em somente nove das 27 unidades federativas do País, sendo que a maioria dos pesquisadores concentra-se na região sul do Brasil. Outro ponto relevante observado pelas autoras é que as mulheres que participam dessas manifestações sociais encorajam-se com suas conquistas, apesar da preocupação referente à sua saúde, uma vez que, como alertam os pesquisadores, o trabalho contínuo no campo, juntamente com o doméstico, impõe a elas consequências psíquicas e físicas. Sendo assim, a mulher apropria-se das atividades que são consideradas de baixo valor social.

O "fazer" (grifo da autora), que historicamente não exige intelecto, e sim habilidade, conforme exposto anteriormente, são atividades inatas à mulher e que, junto a ela, permanecem ocultas. Esse "fazer", que muitas vezes vem com um desprezo, nada mais é do que a sua trajetória de vida condicionada e que desde a infância conecta-a com a natureza.

Entretanto, para ocorrer a desnaturalização desse pensamento que estrutura o poder masculino como soberano, seria importante a reconexão das mulheres com a sua natureza, reconhecendo seu aprendizado e conhecimentos como fontes do poder feminino. A apropriação dessas vivências, não como condição relacionada à incapacidade da mulher, e sim como uma unidade de conhecimento, simbologia e pertencimento ao território, pode ser uma forma de resistência (CONTE, 2008).

A falta de escolarização da mulher rural também traz dificuldades no campo da inserção desses saberes e fazeres artesanais como fonte de desenvolvimento econômico local. Geralmente, esse processo ocorre através das políticas públicas que incentivam o empreendedorismo rural sem tentar compreender o contexto da mulher rural.

Mas essa não é a realidade da maioria das mulheres rurais que, por mais que participem das atividades proporcionadas pelas políticas públicas, permanecem invisíveis para o Estado. Isso ocorre porque os agentes públicos que vão ao encontro dessas mulheres não compreendem a valoração de seu meio ambiente, nem do seu cotidiano e, menos ainda, de seus saberes e fazeres.

Outro ponto importante a ressaltar é que várias dessas artesãs conseguem superar a sua própria barreira e o trabalho com o artesanato em lã ao ressignificarem suas próprias vidas, tornando as suas produções como uma representação de si próprias.

É este um fator que contribuiu significativamente para uma maior interação e acesso aos grupos provenientes das políticas públicas para a agricultura familiar. Todavia, deve ser ressaltado que são simples instrumentos, que não substituem os seus conhecimentos ancestrais, suas origens e o meio em que vivem. Não se trata de uma política pública que as fortaleça como cidadãs, que as reconheça como sujeitos de suas próprias vidas e que, especialmente, contribua para a melhoria de suas perspectivas de mundo.

É preciso assumir a identidade cultural como mulher artesã rural e se reconhecer nela de maneira que isso se transforme em uma força feminina. Trata-se da cultura que se conceitua pelo meio ambiente onde se vive e pelos saberes e fazeres da expressão humana, com os conhecimentos sendo transmitidos de uma geração para outra. É o poder feminino reconhecido na sua identidade cultural que acumula experiências de gerações anteriores e que forma o seu patrimônio cultural no tempo e no espaço.

Essa identidade cultural, que é encontrada em cada peça, pode acionar o passado, a memória, a identidade daquela região. O valor cultural desse conhecimento está agregado à relação espacial de uma coletividade ou de uma comunhão em torno desses saberes e fazeres de um território. A identificação do artesanato como prática e manifestação cultural da identidade coletiva feminina pode ajudar na consolidação estratégica de um posicionamento feminino. As mulheres, principalmente rurais, precisam recolocar-se na sociedade, buscando no poder feminino de suas identidades culturais um caminho de não aceitação daquilo que as inferioriza, quanto à sua condição de ser mulher e ao seu trabalho. E utilizar o espaço ou o seu território para proporcionar o enraizamento por meio da sua identidade cultural, reunindo a todas pelo mesmo sentimento de pertença àquelas práticas e manifestações culturais e aquele território em comum (BONNEMAISON, 2000). Isso também poderá pactuar para a visibilidade dessas mulheres do campo e assim terem o reconhecimento de suas histórias.

Em busca do Território da Lã: a conquista feminina como referência cultural do Rio Grande do Sul

A necessidade de abrigo num clima rigorosamente frio no inverno, e da utilizac¸ão dos *apetrechos*[7] para o trabalho no campo, na lida com o gado, além da contribuição da lã como matéria-prima disponível na região, foram os fatores que contribuíram para o desenvolvimento das técnicas do artesanato em lã, praticadas principalmente pelas mulheres e transmitidas entre elas por várias gerações.

A criac¸ão das pec¸as de forma artesanal abastecia o mercado local, mas sem significativas movimentac¸ões econo^micas, mesmo porque eram vestimentas e artigos bastante rústicos, utilizados nos séculos XVIII, XIX, até meados do século XX, por índios, negros, peões de esta^ncia e trabalhadores rurais. Era esse um cenário comercial pouco expressivo, construído a partir das necessidades do cotidiano da população mais pobre. Entretanto, por mais que se possa perceber certo dinamismo no artesanato do Rio Grande do Sul, acaba-se reiterando as fronteiras físicas da região. Isso reforça a ideia de tradição imutável, sendo difícil um reconhecimento como referência cultural no restante do País.

Ao pensar no Rio Grande do Sul, é visível o imaginário do gaúcho cristalizado e todas suas representações, também enraizadas por este imaginário. Portanto, a questão territorial é complexa, mas, nesta pesquisa, foi proposto analisar a dimensão simbólica do artesanato rio-grandense a fim de identificar elementos para a construção do Território da Lã do Rio Grande do Sul, sem estereotipar a diversidade do artesanato gaúcho.

A identidade cultural do povo gaúcho é base para a construção desse território. Sendo assim, considerar o artesanato como referência cultural reforça a tese de um território rio-grandense onde o artesanato é objeto repleto de representações simbólicas. Nesse sentido, define-se como o Território de Lã do Rio Grande do Sul um espaço carregado de subjetividade, que tem seu patrimônio cultural atrelado à biodiversidade local e às origens. Assim, o espaço do território como patrimônio busca a resistência da dimensão política do patrimônio cultural.

Como já foi visto, existe uma força identitária resultante das relações socioespaciais. Di Méo (1998) conceitua território por meio das noções de espaço social e vivido. O espaço social é o lugar de entrelaçamento onde ocorrem as relações sociais e espaciais. O espaço vivido é o espaço subjetivo da relação existencial que o indivíduo estabelece com a terra. Ele

7 Acessórios; conjunto das coisas ou do que é necessário a certos usos: apetrechos de viagem. Adereços; o que se necessita numa produção teatral. Munições; quaisquer instrumentos de guerra. Fonte: Disponível em: <https://www.dicio.com.br/apetrechos/>. Acessado em: 10 de jun, 2019.

afirma que a identidade é retroalimentada continuamente nessa relação individual e social com o espaço vivido de cada sujeito e contribui para a forma cultural dessas relações espaciais e sociais. É o espaço impregnado de valores culturais que expressa o pertencimento de cada indivíduo a algum grupo, sendo concretizado pela visibilização das práticas, das representações e dos espaços imaginários dos atores envolvidos (DI MÉO, 1998; BONNEMAISON, 2000).

Desse modo, o conceito de território não está atrelado a um espaço físico e sim a uma percepção do poder, conforme Haesbaert (2008), tanto no sentido político quanto no simbólico do uso do espaço vivido. O sentido político remete ao poder de dominação, controle das pessoas e espaços. E o sentido simbólico refere-se à apropriação do espaço vivido. Nesse contexto, considerar os aspectos da identidade e do território é importante para a compreensão das dimensões constituintes do artesanato gaúcho como bem cultural imaterial do patrimônio cultural. A identidade do Rio Grande do Sul está atrelada à sua terra física e geológica, que se configura como o vasto campo do Pampa Gaúcho. Em contraponto ao resto do Brasil, o gaúcho é do frio e é importante compreender como ele se entende em relação ao frio e suas representações. O frio e tudo que se conecta a ele, os campos cobertos por geadas ou estar aquecido com um cachecol de lã, oferece-nos um sentimento de pertencimento ao lugar. Segundo Pace (2006), o sentimento de pertencimento constitui-se em uma rota geográfica ou o significado dos lugares, passados ou presentes, vividos ou imaginados e que são um elemento base da compreensão dos membros da mesma escala geográfica a que pertencem, contribuindo para a mobilização dos indivíduos na formação do patrimônio.

O lugar imaginado para este território cultural configura-se no recorte da pesquisa em que o artesanato em lã crua feito por artesãs gaúchas está presente. O território é a metade sul do Estado, onde se situa a maior parte do bioma pampa, que se caracteriza por uma vegetação baixa, conhecida como pasto e que é propícia para criação de rebanhos ovinos, entre outros animais. A ovelha é a referência por ser a doadora da lã crua, matéria-prima viva, que é a base para produção do fio ou o pelego. As mulheres artesãs rurais dessa região compartilham dos mesmos hábitos da lida campeira tradicional e da paixão pela lã. Existem muitas similaridades entre elas, do ponto de vista do artesanato, bem como o sentimento de continuar a fazer

o artesanato em lã crua por muitos anos.

Essa simbiose entre a biodiversidade regional e os saberes e fazeres rurais típicos locais transforma-se em um conjunto cultural de inúmeras possibilidades. A sobrevivência a partir da fibra natural de forma sustentável, ou seja, utilizando uma matéria-prima viva, como a lã, é o caminho para muitas mulheres artesãs do Pampa. Muitas delas podem enriquecer o produto final, ou seja, o artesanato, buscando o acompanhamento de toda a cadeia de produção da lã, unindo a criação de ovelhas com a produção do artesanato em lã.

Portanto, a lã crua como matéria-prima é arraigada de representatividade para o Estado por questões climáticas, geográficas, econo^micas, culturais e sociais. As mulheres, em sua grande maioria, são as detentoras desse saber-fazer da lã natural e até hoje produzem e sustentam suas famílias com o artesanato tradicional e de refere^ncia cultural. Sendo assim, o artesanato em lã tem grande difusão regional, além de ser um diferencial de distinc¸ão do Estado, em relac¸ão às outras regiões do Brasil, na perspectiva do patrimo^nio cultural.

Desse modo, a formação de um Território da Lã do Rio Grande do Sul retoma os preceitos da valorização das identidades culturais plurais da comunidade regional, por meio de seus saberes e fazeres tradicionais.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BONNEMAISON, Jöel. **La Géographie Culturelle**, Éditions du Cths, Paris, 2000.

CONTE, Isaura Isabel. A invisibilidade feminina. Mulheres Camponesas. **Diplomatique**. Edição 16, 4 de nov, 2008. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-invisibilidade-feminina/>. Acessado em: 20 de junho de 2019.

DAMASCENO, Athos. Apontamentos para o estudo da indumentária no Rio Grande do Sul. In: **Fundamentos da cultura rio-grandense**. V.2. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia, UFRGS, 1957.

DI MÉO, Guy. **Extrait de géographie sociale et territoire.** Paris: Ed.Nathan, 1998.

GARCÍA CANCLINI. **Culturas híbridas**: estrategias para entrar y salir de la modernidad. 1ed. Buenos Aires: Paidós, 2005.

GUTFREIND, Ieda. O gaúcho e sua cultura. In: GOLIN, Tau; Ieda Gutfreind (Org.); CAMARGO, F. (Org.); REICHEL, Heloisa Jochims (Org.); BOEIRA, Nelson (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul** - Colônia. 2. ed. Porto Alegre; Passo Fundo: Uergs; PPGH-UPF; Méritos, 2006. v. 6. 365p., p. 241-254.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L.; DA COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade.** A ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Ed. da ULBRA, 2008. p. 19-36.

KERGOAT, Danièle. **Les ouvrières.** Paris: Le Sycomore, 1982.

LANGER, P. P. Projetos civilizatórios e sobrevivência étnica: os guarani-missioneiros. In: GOLIN, Tau; Ieda Gutfreind (Org.); CAMARGO, F. (Org.); REICHEL, Heloisa Jochims (Org.); BOEIRA, Nelson (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul** - Colônia. 2. ed. Porto Alegre; Passo Fundo: Uergs; PPGH-UPF; Méritos, 2006. v. 6. 365p., p. 135-152.

MARQUES, Gabriel; SILVA, Denise. Invisibilidade das mulheres trabalhadoras rurais: as produções científicas da psicologia no Brasil. **Psicol. estud.,** v. 23, p. 1-16, e41050, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/download/41050/pdf>. Acessado em: 16 de Jun. 2019.

PACE, Guérin. **Sentiment d'appartenance et territoires identitaires,** L'Espace géographique, France: 2006/4 Tome 35, p. 298-308.

PEZZOLO, Dinah Bueno. **Tecidos**: História, Tramas, Tipos e Usos. São Paulo: Editora Senac, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAINT-HILAIRE, A. de (1779-1853). **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.